

## **- Regulação e Certificação Participativa, Estímulos à Agricultura Orgânica no Brasil**

**Ana Maria de Souza Mello BICALHO**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
anabicalho@ppgg.igeo.ufrj.br

No Brasil, há crescente interesse por sistemas alimentares alternativos e sustentáveis, sistemas orgânicos que são regulamentados pela Lei no 10.831 de 2003 e o Decreto nº 7.794 de agosto de 2012, seguidos de normatizações posteriores, dependendo dos tipos e atividades em exploração (BRASIL, 2003, 2012). Registe-se que sistema orgânico no Brasil refere-se a todas as variantes de produções alternativas fora do âmbito do agronegócio, das commodities, que utiliza produtos químicos sintéticos na agricultura, vistos como fontes poluidores e contaminantes do ambiente, da saúde de trabalhadores agrícolas e de consumidores.

O presente trabalho apoia-se numa abordagem temporal do setor de alimentos orgânicos, quanto ao movimento dos atores na implantação de sistemas produtivos no processo de certificação e de obtenção de selo orgânico no Brasil. O selo em si é símbolo de conquista do movimento orgânico no reconhecimento de um setor com produto de qualidade diferenciada, mas, ao mesmo tempo, traz desafios quando é articulado com as regras de normatização e fiscalização e por abrir e reconfigurar o setor inserindo novos atores e interesses externos. Nesse trajeto, são identificadas e analisadas três fases do movimento de produção de alimentos orgânicos no Brasil:

1. Movimento orgânico pioneiro nos anos de 1970/1980, quando consumidores e produtores se aproximaram e interagiram em parceria, visando adequações para a transição de produtos convencionais para produtos orgânicos, buscando reconhecimento e regularização legal da produção.
2. Legislação e normatização da agricultura orgânica em 2003 e 2004, reconhecendo a especificidade da agricultura orgânica, regulando a cadeia produtiva por acreditação e certificação aos moldes de auditoria externa e influenciadas por interesses e modelos de organismos internacionais. Houve exclusão de produtores e de associações de produtores do processo de certificação, beneficiando empresas de porte e multinacionais.
3. Ajuste da certificação à realidade dos produtores, com a normatização legal de um sistema participativo de certificação orgânica em 2007 e 2009, envolvendo produtores e suas associações, conjuntamente com a criação de um sistema de controle de conformidade orgânica dos produtos de agricultores familiares, objetivando a autorização de comercialização direta, dispensando o processo de certificação, mas sendo comprovada a conformidade do sistema produtivo orgânico.

A experiência social coletiva provou desafios a cada momento do processo de consolidação do setor da produção orgânica, requerendo que os produtores adquirissem continuamente novas habilidades, aprendizados e redefinissem as suas redes sociais. A ação coletiva nessa direção, buscando caminhos ao pequeno produtor orgânico, foi fundamental para as conquistas, manutenção e inclusão de pequenos produtores no setor orgânico. A certificação participativa representa uma das principais vitórias e repercutiu-se na grande expansão da produção de alimentos orgânicos no país. O número reduzido de produtores antes da regularização da agricultura orgânica e do sistema participativo de certificação cresceu rapidamente e continua se elevando. No Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observa-se um aumento de 9085 registros de produtores orgânicos no Brasil, em 2014, para um total de 17403 registros em 2018, quase que dobrando em apenas quatro anos. O estudo em pauta permite identificar a dinâmica do setor, fatores favoráveis e empecilhos do sistema orgânico, tendo em vista as características conjuntas de sustentabilidade ecológica, econômica e social,

**Palavras-chave:** agricultura orgânica, legislação e regulação orgânica, certificação participativa, Brasil.

## **- Sociedade e Sustentabilidade em Meio Rural: O Caso de Sanfins do Douro**

**Helena PINA**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CEGOT, Portugal  
mpina@letras.up.pt

A Região Demarcada do Douro (RDD), espaço vitícola privilegiado, sobressai não só pelo seu historial e cenário paisagístico, mas também pelo seu património arquitetónico, social e cultural. Estamos, de facto, perante uma paisagem distintiva, onde os socalcos repletos de vinhedos implantados nas íngremes vertentes do rio Douro e principais tributários, se multiplicam. Este contexto favorável ainda se dilatou desde a década de oitenta do século XX, quando se apostou na multifuncionalidade e na inovação, instituindo-se estratégias que adicionaram à modernização da produção vitícola, a comercialização dos vinhos e o turismo. Não obstante, acumulam-se os obstáculos ao desenvolvimento regional, agregando desde os ambientais e paisagísticos, aos económicos e culturais, ainda amplificados sob o efeito de um intenso declínio populacional, por sua vez indissociável do envelhecimento dos residentes e da prevalência de um débil perfil cultural e técnico dos viticultores e assalariados rurais.

Em simultâneo, porém, emergem iniciativas empreendedoras, inovadoras, no sentido de mitigar estes problemas e dinamizar efetivamente a RDD. Assim, para além do turismo em espaço rural ou a aposta na produção vitícola biológica, despontam iniciativas tendo como mentores jovens com formação. É o caso do Eng. Pedro Teixeira (Sanfins do Douro), responsável do projeto Da\_Vide que, ao perceber as potencialidades vitícolas e turísticas da região, descobre também uma enorme poluição decorrente da combustão das vides após as podas, agora relegadas a desperdícios. Tendo em consideração as questões ambientais e a eficiência energética, tentou otimizar este recurso, mas também a vertente social ao mobilizar a população autóctone e atrair externa. Através do "Modelo de Produção Agrícola em Ciclo

Aberto de Carbono”, transforma as vides em canetas, artigos de artesanato, madeira com diferentes consistências, papel, cartão, bioenergia e combustíveis sólidos, entre outros. Todos eles, para além de biodegradáveis, anulam a poluição nesta paisagem classificada pela UNESCO. Aliás, há que destacar a nova aposta, o “Eco House Douro Valley”, um hostel rural onde utiliza os biocompósitos, nomeadamente no piso e no revestimento das paredes e dos tetos, enquanto obtém pequenas quantidades de energia elétrica que proporcionam a autonomia energética do edifício. Assim se valoriza a sustentabilidade ambiental, já que estes produtos são biodegradáveis.

Por outro lado, sabendo que estamos em Sanfins do Douro (RDD) onde o declínio demográfico é intenso, assim como o envelhecimento dos residentes (em 2011 residiam nesta vila apenas 1495 habitantes, 48% do máximo populacional atingido em 1960- INE), com este projeto também se revitaliza demograficamente este espaço, criando empregos na recolha e limpeza das vides, mas também na criação de peças de artesanato e de decoração ou mesmo bijuteria. Acresce a concretização de acordos com os Bombeiros Voluntários e a Associação Cultural e Social de Sanfins do Douro, o que possibilita a criação de 15 a 20 empregos numa fase inicial, ampliando-se o seu número na prossecução do projeto.

Para a concretização deste trabalho, conjugamos uma ampla pesquisa documental com o trabalho de campo que incluiu um levantamento fotográfico, mas, sobretudo, a realização de entrevistas semiestruturadas efetuadas aos responsáveis do desenvolvimento local e regional, e, obviamente, ao jovem empreendedor do Projeto Da\_Vide.

Prepara-se um novo futuro para a RDD que contempla a preservação do seu património, mas num cenário onde a tradição se conjuga com um dinamismo e inovação ambientalmente sustentáveis.

**Palavras-chave:** Sanfins do Douro, Projeto Da\_Vide, Desenvolvimento rural, Sustentabilidade ambiental

## **- SESSÃO 14 – INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO (2)**

### **- A Avaliação de Desempenho e a Motivação dos Colaboradores nas IPSS do Concelho da Trofa**

**Sérgio Miguel da Silva MONTEIRO**

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente e Mental (APPACDM) da Trofa, Portugal  
dasilvamonteiro@sapo.pt

**José António Mendonça Pereira de OLIVEIRA**

Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, Portugal  
jao@estg.ipp.pt

**Maria João Fernandes Pereira POLIDORO**

Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, Portugal  
mjp@estg.ipp.pt

As organizações privadas sem fins lucrativos são cada vez mais importantes na sociedade portuguesa. Atualmente, há preocupação com o desenvolvimento social, a conservação do meio-ambiente, a defesa dos direitos humanos, entre outras causas que, por diversas razões, geram necessidades às quais o Estado não consegue dar resposta. Conhecidas como organizações do Terceiro Setor, também designadas de setor não lucrativo ou de economia social, elas atuam, promovendo iniciativas e programas para colmatar as necessidades das comunidades. Não tendo como objetivo principal o lucro, estas organizações necessitam de gerar resultados internos e externos (para a comunidade), que podem ser obtidos, por exemplo, através de uma boa gestão estratégica, onde os recursos humanos têm papel fundamental. Relativamente à gestão de recursos humanos, é necessário contar com colaboradores competentes e motivados, e assim torna-se importante existir uma forma de avaliação do desempenho dos colaboradores destas organizações, para potenciar pontos fortes e para oferecer os melhores serviços à comunidade. Todas as organizações requerem um processo avaliativo e a avaliação de desempenho (AD) mais não será, como Chiavenato (2009) nos refere, que um meio para melhorar os recursos humanos de uma organização, uma análise permanente de cada indivíduo, no seu cargo, e da sua potencial evolução. O presente estudo tem como objetivo analisar a relevância da AD nos colaboradores de organizações sem fins lucrativos (OSFL), em particular das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), procurando identificar se a mesma será, por si só, um fator motivador no desempenho dos seus recursos humanos. Para tal, focamos o nosso estudo no concelho da Trofa e estudamos oito instituições, com e sem avaliação de desempenho, através de um inquérito por questionário a todos os seus colaboradores. Os dados obtidos e que apresentaremos, permitem-nos concluir que, para os colaboradores das IPSS do concelho da Trofa, ter um sistema de AD é um fator de motivação, sendo a AD considerada importante para estimular desempenhos superlativos. Para que um sistema de AD seja um fator de motivação para os colaboradores deve também ser considerado uma ferramenta de avaliação “justa”. Apesar dos colaboradores das instituições com AD, considerarem o sistema de AD importante para a sua motivação existe uma percentagem considerável que não o interpreta como uma ferramenta “justa”. Esta informação é um dado importante a ter em conta pelos responsáveis das instituições, que deverão então repensar o seu sistema de AD, de modo a manter os níveis de motivação nos colaboradores. É ainda perceptível, neste estudo, que os colaboradores das instituições sem AD têm uma visão muito positiva quanto ao papel